



**DISCURSO de ENCERRAMENTO do ORÇAMENTO do ESTADO para 2023**

*Caro Presidente,*

*Senhoras e senhores deputados,*

Portugal atravessa atualmente mais um período difícil da sua história recente. Não estamos isolados nas duras consequências do atual período inflacionário, o problema é global e constitui um desafio complexo para todos os povos e respetivos governos. Mas a constatação desse facto não reduz as dificuldades e os desafios que enfrentamos. Exige, sim, humildade no reconhecimento do problema com que nos confrontamos, verdade sobre as dificuldades de gestão de um fenómeno económico que para muitos portugueses só era conhecido dos livros de história e muito empenho e dedicação na procura das respostas possíveis para minorar as consequências da inflação.

Ao mesmo tempo que nos debatemos com problemas conjunturais que, nem os portugueses nem o governo português criaram, temos de continuar a responder aos problemas estruturais que ainda penalizam as nossas vidas.

Mas as dificuldades que o país enfrenta, exigem de nós uma resposta audaz, firme e convicta. A mesma audácia que entre 2015 e 2021 permitiu um crescimento do salário mínimo nacional de 32% e da remuneração média de 19%, quando a inflação acumulada tinha sido de apenas 5%. Ou que ao contrário do que ouvimos repetidamente sobre o empobrecimento relativo de Portugal permitiu que o PIB per capita no nosso país crescesse nesse mesmo período 9%, em termos reais, quando na zona euro o crescimento médio não tinha passado dos 5%.

É esta mesma convicção que nos faz, em tempos igualmente desafiantes, acreditar que é possível viver melhor em Portugal.

Hoje, estamos reunidos nesta câmara para votar o Orçamento do Estado para 2023. Para este governo o orçamento é mais do que um exercício de escolhas anuais que respondem aos problemas imediatos do país.

Representa uma parte de um todo maior no tempo e na profundidade. Representa prosseguir e aprofundar uma estratégia que foi desenhada para responder aos desafios estruturais de Portugal.

Esta estratégia mobiliza o Estado e as suas políticas públicas, bem como todas as forças da sociedade civil e as empresas, em nome de um objetivo último de construir uma comunidade.

Uma comunidade de membros livres e iguais, interdependentes e ligados entre si, cuja vida coletiva lhes garante direitos e lhes estabelece obrigações, tanto maiores quanto a capacidade de contribuirmos para o bem comum.

Tomar consciência de que vivemos em comunidade é, antes de mais, um exercício de humildade. É reconhecer que os desafios e os problemas de uns impactam na vida dos outros - que, na verdade, impactam na vida de todos. É porque os problemas individuais são também problemas coletivos que eles exigem escolhas coletivas e respostas públicas - e não apenas decisões individuais e comportamentos privados, por isso, necessariamente ineficazes.

A construção de uma comunidade implica encontrar soluções, construir respostas, e gerar esperança para que as pessoas possam ter uma vida digna e acreditar no seu futuro e no da nossa democracia. Encontrar soluções, construir respostas é, desde logo, reconhecer que desafios se colocam à comunidade.

Num país como Portugal, para nós, socialistas, são três os grandes desafios da nossa comunidade.

Em primeiro lugar, como podemos **produzir e trabalhar melhor**, qualificando a economia e os trabalhadores.

Em segundo lugar, como podemos **garantir sustentabilidade e futuro para a nossa comunidade e o nosso planeta**, apostando nas energias renováveis e na mobilidade coletiva.

Em terceiro lugar, como podemos promover **liberdade igual para todos**, combatendo as desigualdades e injustiças de classe social e de território.

Os desafios que um governo socialista identifica como prioritários não são os mesmos da direita, porque os nossos resultam da prioridade que damos à ideia de comunidade. Da mesma forma, as nossas respostas aos desafios são necessariamente diferentes daquelas que a direita defende. Não se trata apenas de saber quem tem as respostas mais acertadas ou sobre quem as executa melhor, trata-se também de visões diferentes de sociedade, do papel de cada um na comunidade e da forma como nos relacionamos entre nós.

Onde nós vemos a necessidade de **produzir e trabalhar melhor**, capacitando a economia, promovendo a cooperação, e protegendo trabalhadores e empresas, a direita aposta na desregulação, na competição e na generalização da precariedade.

É para **produzir e trabalhar melhor** que o Governo aumenta todos os anos o salário mínimo - e o peso dos salários na riqueza nacional; que negociou a Agenda para o Trabalho Digno; que convocou empresas e instituições científicas para implementarem coletivamente os Laboratórios Colaborativos e as agendas mobilizadoras. Foi como resultado desta política que conseguimos reduzir massivamente o desemprego, de 12,4% no 3T2015 para 5,8 no 3T2022, que estamos a diversificar o nosso tecido económico e a bater recordes de investimento direto estrangeiro.

Onde a direita acena com reduções de impostos cegas para quem mais pode e fica à espera que o investimento caia do céu, este Governo coopera, dialoga e responde às necessidades do tecido empresarial de forma a garantir as condições necessárias para o investimento, que vão muito além da mera fiscalidade.

Onde nós temos como **imperativo a sustentabilidade** e promovemos respostas coletivas para garantir a transição energética e o reforço da mobilidade, a direita defende soluções assentes apenas no mercado; soluções individuais e fragmentadas, logo incompletas e ineficazes.

É para **promover a sustentabilidade e a luta contra as alterações climáticas** que o Governo concretizou uma redução histórica de preços do transporte público através do PART – aliás, o PSD foi o único partido a votar contra. Antecipámos também o fecho das centrais a carvão e incentivámos o investimento em energias renováveis. Hoje, um terço da energia e 60% da eletricidade consumidas em Portugal provêm de fonte renovável - o que nos permite reduzir as emissões e, simultaneamente, poupar milhares de milhões de euros em importações.

Dezenas de empresas estão a trabalhar em todo o território nacional em investimentos em energia renovável, desde o solar à eólica, passando pela hídrica, de que é exemplo o projeto no rio Tâmega, onde está a ser finalizado um investimento que irá produzir energia hídrica suficiente para o consumo de quase meio milhão de casas. Energia limpa, mais barata e nacional.

Uma das marcas desta governação é, sem dúvida, a revolução que estamos a fazer na ferrovia - tanto na infraestrutura como no material circulante. Onde a direita fechou, cortou e degradou, o PS investe, renova e constrói.

Sabemos que se a nossa política para a mobilidade sustentável se baseasse em soluções individuais, se se resumisse à mudança da fonte de energia dos veículos, não estaríamos a enfrentar os desafios que a comunidade nos coloca. Se nos limitarmos a substituir todos os carros a combustão por carros elétricos, acabaremos com o mesmo congestionamento, inúmeras

horas de vida perdidas no trânsito diariamente, os mesmos níveis insustentáveis de sinistralidade rodoviária e a mesma disputa pelo espaço público das cidades.

As pessoas precisam de espaço para andar, para estar, para viver. É por isso que na mobilidade, a nossa resposta é coletiva. Os comboios que já recuperámos e pusemos a circular, as obras que estão em curso na ferrovia por todo o país, do Douro ao Algarve, passando pelo Oeste e pelo Alentejo, a expansão das redes de metro em Lisboa e no Porto, ou o apoio aos sistemas de bicicletas partilhadas - todas elas contribuem para esta resposta coletiva.

Porque o debate sobre a mobilidade, antes de ser sobre descarbonização, é sobre como damos liberdade às pessoas para viver uma vida mais confortável e mais saudável. É sobre como melhoramos a qualidade de vida nas nossas cidades, vilas e aldeias, ao mesmo tempo que reforçamos comunidades e aproximamos territórios.

Onde nós defendemos **igual liberdade para todos**, e por isso impostos progressivos e serviços públicos universais, a direita promete revoluções fiscais que protegem alguns e desprotegem a maioria.

É para **garantir liberdade igual para todos e não só para alguns** que aumentámos o abono de família, criámos a garantia para a infância, que fizemos sucessivos aumentos extraordinários de pensões, que investimos na criação de novas unidades de saúde e na redução dos custos de acesso ao SNS, que tornámos gratuitos os manuais escolares e reduzimos as propinas no ensino superior.

E que, ao fim de quase 50 anos de democracia, estamos a completar o nosso Estado social com uma política de habitação universal, capaz de garantir habitação digna e adequada aos rendimentos de cada família. O que estamos a fazer é uma questão de justiça; justiça em nome de uma vida decente, justiça porque todos temos o direito a ter uma casa com dignidade. E se durante anos achámos que o mercado resolveria por si os problemas, hoje sabemos que só com um efetivo serviço público de habitação seremos capazes de garantir respostas para todas as necessidades. São milhares de casas novas, a construir, a reabilitar e a adquirir numa grande parceria entre a administração central e a administração local para dar resposta às necessidades do nosso povo.

Senhoras e senhores deputados,

Um dos principais objetivos do Orçamento do Estado para 2023 passa por reduzir o impacto que o aumento da inflação está a ter sobre a vida dos portugueses. Esta preocupação urgente, que visa responder rapidamente a problemas atuais, é inteiramente coerente com a estratégia de longo prazo articulada pelos sucessivos orçamentos dos governos socialistas desde 2016.

É para avançar na resposta ao primeiro desafio, o de **produzir e trabalhar melhor**, que o Governo, para 2023, assinou um Acordo de Rendimentos com os parceiros sociais e um acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da administração pública.

Mas produzir e trabalhar melhor começa antes de os trabalhadores entrarem nas empresas e nas fábricas. É por isso que este Orçamento consagra um reforço do financiamento para a rede de instituições de ensino superior, para os cursos técnicos superiores profissionais e para atividades

de investigação e inovação, de forma a garantir no presente as condições para um futuro com trabalho qualificado e uma economia sustentável.

No caso do segundo desafio, é para aumentar **a sustentabilidade e a luta contra as alterações climáticas** que o Governo, para 2023, congela os tarifários dos passes sociais, incentiva o autoconsumo a partir de fontes de energia renovável e continua a eliminar gradualmente as isenções do Imposto sobre Produtos Petrolíferos.

E para continuar a aposta no transporte coletivo, em 2023 voltamos a aumentar o investimento na ferrovia, enquanto estamos a concluir obras, a lançar as seguintes e a iniciar os projetos das que se seguirão. É para continuar esta aposta que vamos acabar de recuperar os comboios que tínhamos encostado e que vamos adjudicar a maior compra de novos comboios de sempre. Para não voltarmos a precisar de anos para arrancar, para não termos de voltar a recuperar o que se perdeu ou ficou abandonado, para que o país não avance aos solavancos, nada disto pode parar e não vai parar no próximo ano.

É, por fim, no terceiro desafio, que, para **garantir liberdade igual para todos**, o Governo, para 2023 aumenta o mínimo de existência, atualiza o Indexante de Apoios Sociais e dá continuidade à gratuidade das creches. E é para garantir essa mesma liberdade que o Governo, na habitação, assegura um reforço sem precedentes do apoio ao arrendamento jovem e a mobilização de casas prontas a habitar, para dar respostas já no próximo ano, a par do contínuo desenvolvimento de centenas de respostas públicas por todo o país.

Senhoras e senhores deputados,



A política democrática exige respostas, estratégias e visões, não apenas diferentes, mas que possam representar alternativas de sociedade aos olhos dos eleitores.

Hoje, porém, o maior partido da oposição está vazio de respostas. Acusam sistematicamente o governo de estar cansado, quando é ao PSD, um partido com uma liderança recente, que não se conhece uma estratégia nem se reconhece uma visão para o país que ultrapasse a política de casos refém da espuma dos dias.

Mas há algo que fica claro nesta nova vida do PSD: no lugar das respostas, da estratégia e da visão para o país, apenas há tacticismo, calculismo e urgência de poder.

É, por isso, que este PSD não é uma alternativa. Porque a alternativa à resposta, estratégia e visão do Governo não são o vazio. São outras respostas, estratégias e visões que os partidos tenham capacidade de construir e coragem de assumir. É esta capacidade e é esta coragem que o PSD de hoje escolhe não ter.

Governar implica fazer escolhas: escolhas entre respostas diferentes, entre estratégias possíveis e visões distintas. Implica também ter de enfrentar problemas complexos, saber decidir (mesmo quando é mais fácil não fazer nada), e assumir a decisão com coragem e convicção.

E é isso que este Governo tem feito, desde a reversão das decisões da direita durante a troika, passando pela proteção de pessoas, famílias e empresas durante a pandemia e agora, num contexto de guerra na Europa, a resposta ao aumento dos custos de vida.

É isso que continuaremos a fazer com o Orçamento de Estado para 2023. Em continuidade e coerência com todos os anteriores, é a prova de que o governo socialista tem respostas aos desafios da comunidade, bem como estratégia e visão para o país: respostas para ultrapassar os problemas imediatos; estratégia para vencer os problemas estruturais; visão para construir uma comunidade onde o povo, com dignidade e esperança, possa viver melhor.